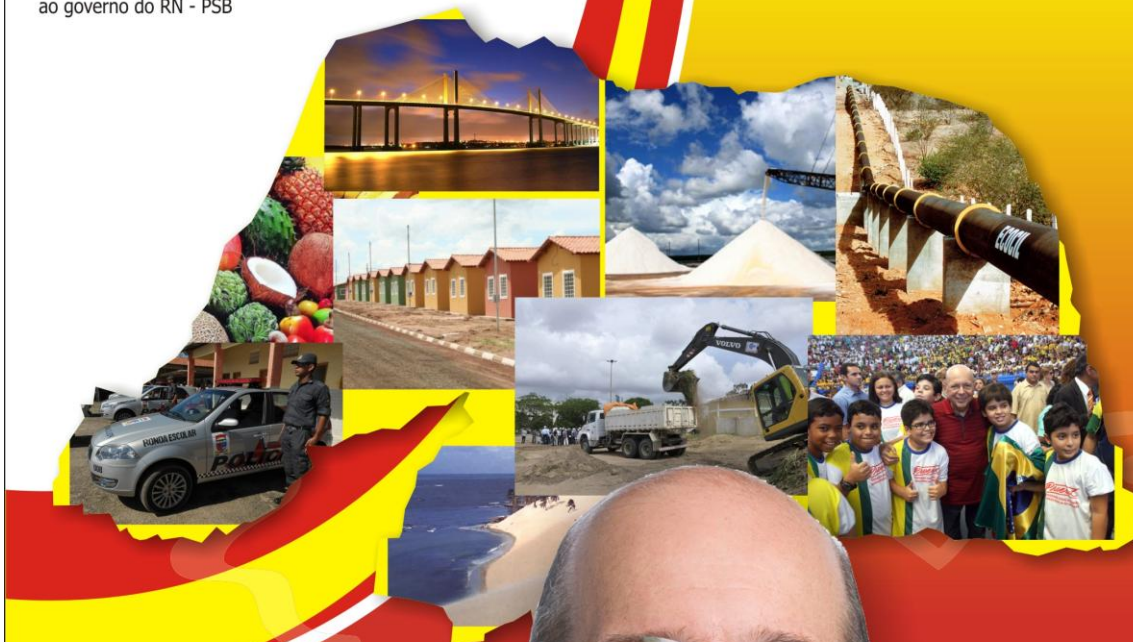


PLANO DE GOVERNO 2011 ~ 2014

Diretrizes Estratégicas e
Propostas do Candidato do
Governo do Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira de Souza

Governador e Candidato
ao governo do RN - PSB



SUMÁRIO

NOSSO PLANO.....	02
PLANO DE GOVERNO – MODELO MASTER PLAN – IFS 2010.....	03
SISTEMA DO PLANO DE GOVERNO – FOCO EM RESULTADOS.....	04
MENSAGEM.....	05
APRESENTAÇÃO.....	06
1. INTRODUÇÃO.....	07
2. ANÁLISE SINTÉTICA DE CENÁRIOS.....	07
3. MISSÃO E VALORES DO NOVO GOVERNO.....	08
4. APOSTA NO PLANEJAMENTO.....	10
5. GESTÃO RESPONSÁVEL E BUSCA POR PARCERIAS.....	11
6. ELENCO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES E PROJETOS ESTRATÉGICOS.....	12
7. OUTRAS PROPOSTAS.....	12
DIRETRIZES 2011 ~2014.....	13
01 Desenvolver as bases adequadas para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população.....	14
A) Educação e Cultura.....	15
B) Saúde.....	16
C) Segurança Pública.....	18
D) Gestão do Desenvolvimento Social e Capacitação.....	20
02 Interiorizar o desenvolvimento sustentável, a geração do conhecimento e disponibilidades tecnológicas.....	23
A) Meio Ambiente.....	24
B) Desenvolvimento do Turismo.....	25
C) Desenvolvimento Econômico e Agricultura.....	26
03 Dotar o RN de Infra-Estrutura universalizada e moderna.....	29
A) Saneamento Básico e Habitação.....	30
B) Infra-Estrutura.....	30
04 Focar as ações de governo no atendimento às demandas do cidadão, com responsabilidade financeira – equilíbrio fiscal dinâmico.....	34
A) Gestão do Governo.....	35
B) Gestão das Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano.....	36
C) Gestão Democrática.....	36
05 Promover a sustentabilidade da Região Metropolitana.....	38
A) Articulação Institucional da Região.....	39

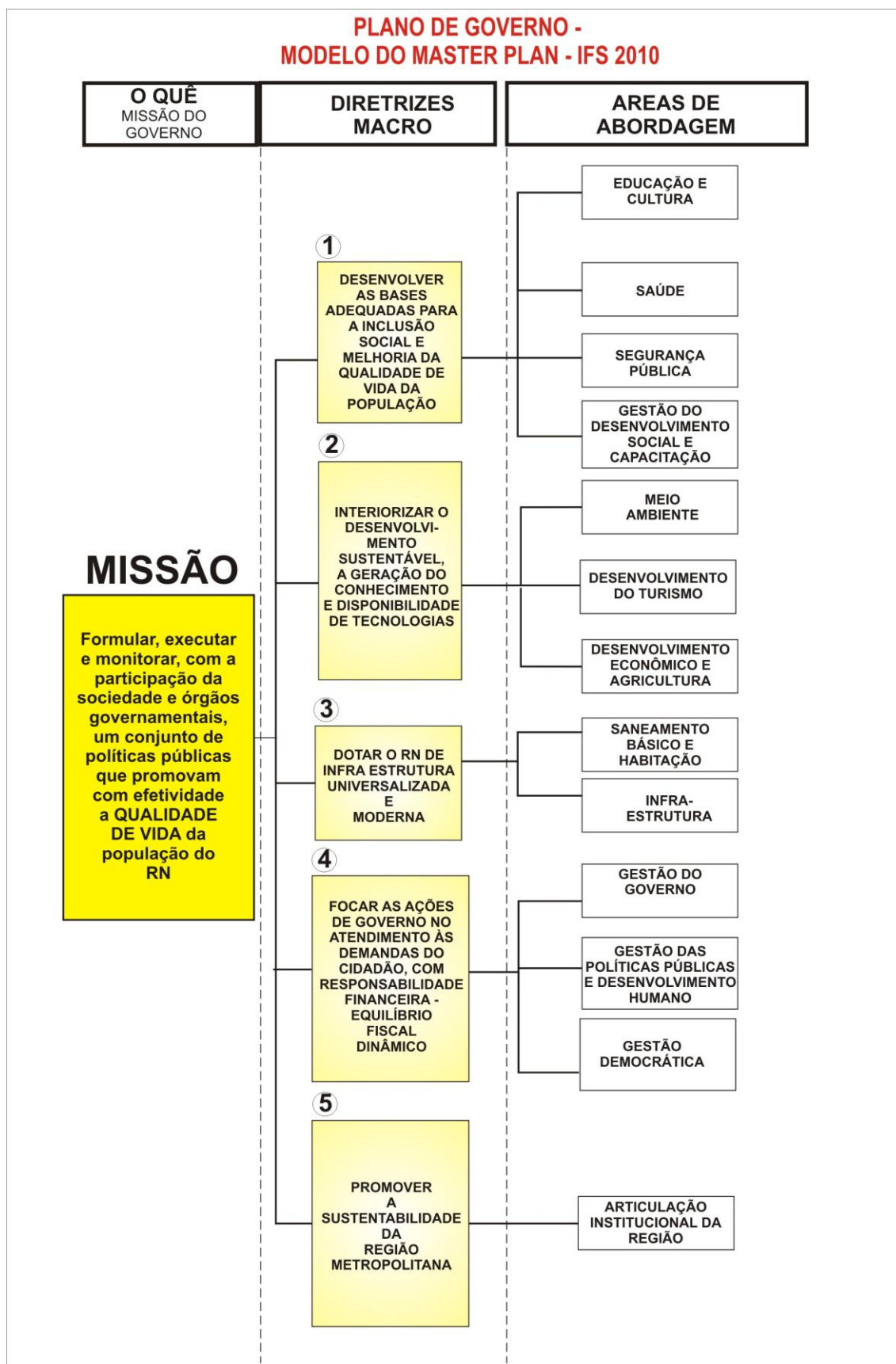
■ ■ ■ ■ **DIRETRIZES 2011 ~ 2014** ■ ■ ■ ■

Iberê Ferreira de Souza

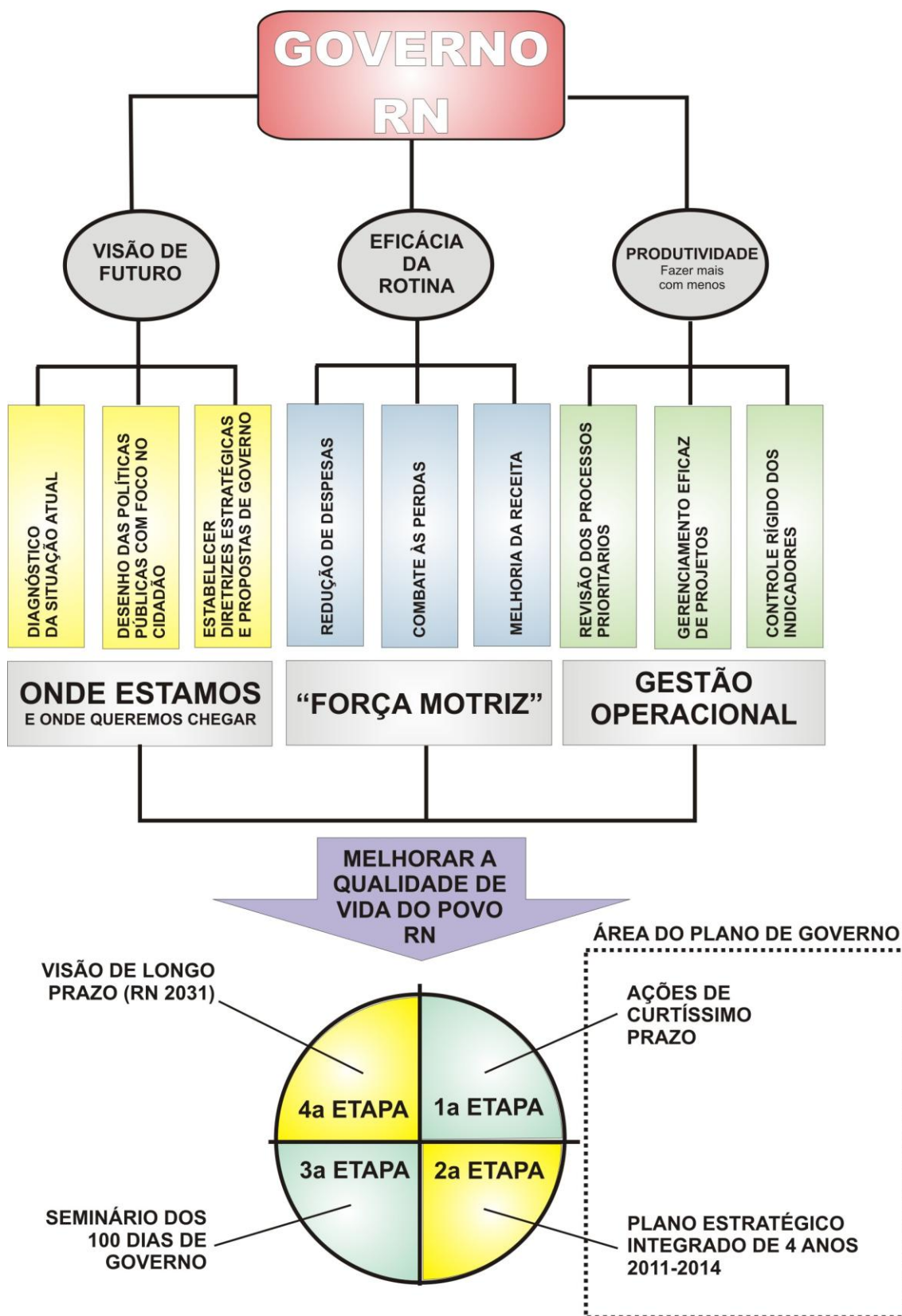
Governador e Candidato
ao governo do RN - PSB

Nosso PLANO





SISTEMA DO PLANO DE GOVERNO FOCO EM RESULTADOS



DIRETRIZES 2011 ~ 2014

Iberê Ferreira de Souza

Governador e Candidato
ao governo do RN - PSB

Mensagem

O ato de planejar é antes de tudo vencer o desafio da comodidade e sobretudo vencer as práticas erradas de uma rotina sem criatividade e inovação. Compete ao dirigente público uma nova postura gerencial nestes tempos modernos e ao mesmo tempo tão intrigantes ao mesmo tempo. Em meio a um sistema de trabalho louco e sem limites no processo político há se que pare e busque o foco no cidadão, pois se assim não for estabelecido é bem possível que os mesmos dirigentes públicos se percam em seus próprios desatínos e procedimentos irracionais, beirando a insanidade administrativa.

O grande filósofo grego, Seneca, dizia: só há vento favorável para quem sabe aonde quer ir. Nós no Rio Grande do Norte, podemos ficar tranquilos, pois ao longo de 2009, durante os seminários do PSB, nos foi possível ouvir quase 2.000 cidadãos por todo o estado e suas contribuições estão claramente posicionados em nosso Plano de Governo 2011 a 2014 que ora apresentamos. Tal iniciativa nos deixa certos de que estamos ouvindo, processando, criando, inovando e, principalmente, criando um futuro compartilhado para o nosso estado. Sejam bem vindos ao futuro.

Iberê Ferreira de Souza

Candidato do PSB ao Governo do Rio Grande do Norte



■ **DIRETRIZES 2011 ~ 2014** ■

Iberê Ferreira de Souza

Apresentação



1. INTRODUÇÃO.

O Rio Grande do Norte é um Estado próspero, com potencialidades econômicas, com bons índices de qualidade de vida e com uma população trabalhadora e criativa. Atributos, portanto, que nos diferencia e estimula a sonhar em ser, no Nordeste, o primeiro Estado em qualidade de vida.

Para tanto, o Governo do Estado precisa planejar, ouvindo a sociedade civil organizada e os demais entes públicos, em torno de prioridades que fortaleçam o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte com a atração de novos investimentos, ampliação de negócios, prestígio a iniciativas da economia solidária, respeito ao meio ambiente e aos princípios basilares da justiça social.

Sendo, portanto, o Governo do Estado um instrumento eficaz de indução ao desenvolvimento econômico, estabelecemos diretrizes arrojadas que nos permitam a superação de metas nos programas e projetos que, em síntese, elevem a qualidade de vida através de ações administrativas razoáveis e eficientes.

2. VISÃO SINTÉTICA DE CENÁRIOS

O Rio Grande do Norte está inserido, obviamente, em contextos que não podem ser desconsiderados.

No cenário internacional é perceptível o avanço de idéias mais progressistas, evidenciando o trabalho como valor fundamental da sociedade e demonstrando que o lucro do capital desmedido precisa ser contido em respeito ao meio ambiente e a justiça social. A política neo-liberal tem sofrido revezes. O mundo contemporâneo discute e tem dado demonstrações que busca um modelo político de equilíbrio que equacione democracia, liberdade, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

O Rio Grande do Norte está atento e inserido no contexto internacional por meio da aliança de partidos progressistas. O modelo político buscado pode ser exercido a partir de nossa realidade local, ou seja, com a constituição de um Governo que seja democrático, defenda e respeite a liberdade, evidencie todos os esforços para ser um indutor do desenvolvimento econômico sustentável e que, enfim, promova a inclusão social com critérios objetivos e previamente discutidos pela sociedade civil organizada.

Por sua vez, já inserido na rota internacional de negócios, o Rio Grande do Norte tem dado demonstrações que pode ampliar o seu comércio exterior, inclusive, no que se refere a produtos orgânicos e nas tratativas do comércio justo e solidário. Além do turismo, sal, frutas tropicais e minérios, o Rio Grande do Norte precisa buscar meios para agregar novos valores ao que produz e, especialmente, nos ramos têxtil e mineral se avizinham grandes oportunidades, assim como em relação a logística de transportes, em face da sua localização estratégica no continente.

No contexto político nacional, o Governo Federal, de modo particular, tem sido parceiro de incontáveis boas iniciativas em favor de políticas públicas importantes executadas no Rio Grande do Norte nos últimos anos, principalmente as voltadas para a inclusão social de nossa população mais pobre. A adoção de políticas e a execução de programas que priorizaram a justiça social foram significativamente presentes no Governo Wilma de Faria (2003/março de 2010) e, agora, já nos primeiros dias do Governo Iberê Ferreira de Souza. Esta prioridade evidenciou a estima do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo povo do Rio Grande do Norte.

Como visto, estas ações foram muito importantes para a melhoria das condições econômicas da população potiguar e devem ser reproduzidas e ampliadas nos próximos anos. No entanto, as perspectivas da economia apontam para a necessidade de ações concretas, arrojadas e inovadoras na área de infra-estrutura, capazes de alavancar de forma decisiva o desenvolvimento econômico do Estado. Neste sentido, a realização da COPA 2014 em Natal irá se constituir num importante motor destas transformações.

O ambiente interno e externo, portanto, se apresenta favorável ao modelo de gestão e postura política que defendemos para superarmos dificuldades e ampliarmos parcerias e negócios que, em síntese, resultem em dividendos econômicos e sociais para o Rio Grande do Norte.

3. MISSÃO E VALORES DO NOVO GOVERNO

O Governo que defendemos precisa apresentar-se de modo claro à população afirmando, de início, a sua missão. Discussão, para nós, necessária e concluída: **MISSÃO: formular, executar e monitorar, com a participação da sociedade e órgãos governamentais, um conjunto de políticas públicas**

que promovam com efetividade a Qualidade de Vida da população do Rio Grande do Norte.

A definição da Missão reclama, em ato contínuo, a declaração dos valores sobre os quais agirá a gestão do Governo do Estado. Para nós, os valores podem ser resumidos da seguinte forma: **agir com ética, transparência e comprometimento com a gestão pública, tendo como base e sustentação a competência, eficácia e efetividade na gestão em todos os níveis e setores.**

Referimo-nos, portanto, não apenas a um cotidiano administrativo, mas a procedimentos prévios que culminam com o ato administrativo propriamente dito. Neste caso, proclamamos que a gestão será calçada em um criterioso planejamento. Aliás, não apenas para o período, mas um planejamento dividido em partes: anual, plurianual (04 anos) e decenal.

O planejamento anual se consolida na Lei Orçamentária Anual, precedida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. O planejamento plurianual ocorre no primeiro ano de governo e serve de parâmetro para os anos seguintes até o primeiro ano do mandato subsequente. Queremos mais. Ainda em 2011 vamos propor, além dos textos normativos conhecidos, um planejamento de longo prazo, ou seja, desejamos discutir o Rio Grande do Norte até 2031 e fixar, em lei, as principais diretrizes e programas que nos levarão a um posicionamento de vanguarda no Nordeste brasileiro.

Não será a gestão apenas reforçada com o prévio e criterioso planejamento. Vamos fazer estabelecer metas e cobrar resultados. A gestão pública deve ter foco em resultados!

Todos pelo Rio Grande do Norte. É a convocação a ser feita. A gestão será moldada por um grande projeto de modernização gerencial e orientada por um Mapa Estratégico construído após a consolidação do planejamento já mencionado. **Todavia, mesmo aqui, cabem as propostas básicas de gestão para o debate com todos os segmentos envolvidos: a) aplicação dos conceitos da Qualidade Total; b) combate a perdas e desperdícios; c) contínuo treinamento de servidores e dirigentes; d) controle de metas, desafios e objetivos estratégicos; d) tecnologia da informação e sua inserção em todos os níveis decisórios da gestão possibilitando a melhoria da qualidade e produtividade em produtos e serviços; e)**

parcerias técnicas visando a harmonização, cooperação, intercâmbio e otimização dos esforços do Governo em conformidade com os objetivos estratégicos e com sua missão.

Toda a gestão permeada pela ética, honestidade, integridade, transparência e todos os demais valores positivos que devem caracterizar a forma de atuação do Governo do Rio Grande do Norte.

4. APOSTA NO PLANEJAMENTO

Já falamos em planejamento e gestão. Ficou clara a nossa missão e as principais propostas para aplicá-la. Contudo, ainda são inerentes ao planejamento outros elementos que devem ser comentados e assumidos publicamente como importantes para a consolidação do novo Governo.

O planejamento se dá, basicamente, esperando responder: **onde desejamos chegar?** Qual Rio Grande do Norte desejamos para nós e para as nossas famílias? Perguntas que exigem, antes das respostas, justificativas. Daí, a necessidade de estabelecermos uma Visão. Desejamos, sim, ser o melhor Estado do Nordeste em Qualidade de Vida. **Insistimos em afirmar que o desenvolvimento econômico sustentável será direcionado a melhorar as condições de vida do povo potiguar gerando, em consequência, indicadores que monitorem a qualidade de vida, sobretudo, dos mais pobres e suas famílias.**

Aliás, aqui já definimos um **foco prioritário de atuação: os pobres e, nestes, os grupos mais vulneráveis.**

Também definimos a família como centralidade das ações do Governo, ou seja, intervir para contextualizar e apoiar o núcleo familiar como célula viva que ajuda a harmonizar a vida social.

Assim, segue para um aperfeiçoamento no debate aberto, mas fixado como premissa conceitual o formato de uma gestão como foco em resultados, precedida de um criterioso processo de planejamento, indutora do desenvolvimento econômico sustentável voltado a gerar dividendos que assegurem melhorias na qualidade de vida do povo potiguar.

5. GESTÃO RESPONSÁVEL E BUSCA POR PARCERIAS

Para cumprir com suas prerrogativas legais e executar com eficiência políticas públicas que se voltem para o bem comum, o Estado precisa conter despesas, cortar desperdícios e combater perdas. Todavia, também precisa ser eficiente na obtenção de receitas e, como já estudado por tantos, sem criar novos impostos ou majorar os existentes de modo que se tornem impagáveis. Precisa, então, ter responsabilidade financeira e buscar parcerias.

Na distribuição do bolo tributário nacional a União é prestigiada com a maior fatia da receita. Daí, não apenas a importância da articulação política com o Governo Federal, mas a simetria em programas e ações.

O Governo do Estado também se dispõe a ser parceiro dos Municípios. Compreendendo que os Municípios são penalizados com a injusta distribuição das receitas, o Governo do Estado vai propor a formulação de mais ações em parceria, onde os recursos de ambos possam ser otimizados em favor de interesses comuns que, em última análise, chegam ao povo por meio de obras e serviços públicos.

Mas, também as parcerias devem ser buscadas com outras instituições da sociedade e com os movimentos sociais que, por meio de instâncias apropriadas, serão ouvidos permanentemente sobre temas de interesse, bem como, convidados para ações em conjunto.

Compreendemos que, apesar de um território pequeno, o Rio Grande do Norte tem realidades diferentes em cada região. Precisamos somar esforços diferentes para atuar de forma especial em cada realidade. Por sua vez, o Governo do Estado deve buscar o equilíbrio regional, estimulando a interiorização do desenvolvimento, entretanto, provendo Natal e Região Metropolitana de soluções que assegurem a continuidade de seu crescimento ordenado e com qualidade.

É, portanto, compreender as realidades, pesquisar o acervo de conhecimento gerado pelo debate em cada região e atuar firme e criteriosamente para, assegurado o equilíbrio regional, o Rio Grande do Norte tenha um desenvolvimento uniforme que chegue a todos os seus recantos.

6. ELENCO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES E PROJETOS ESTRATÉGICOS

O planejamento proposto e, ainda mais, a postura já declinada anteriormente de homenagem a gestão responsável e a celebração de parcerias são premissas para a boa execução de propostas que, mencionadas adiante neste documento, serão balizadas pelas seguintes principais diretrizes: **a) desenvolver as bases adequadas para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população; b) interiorizar o desenvolvimento sustentável, a geração do conhecimento e disponibilidades tecnológicas; c) dotar o Rio Grande do Norte de infra-estrutura universalizada e moderna; d) focar as ações de Governo no atendimento às demandas do cidadão com responsabilidade financeira e equilíbrio fiscal dinâmico; e) promover a sustentabilidade da Região Metropolitana.**

Neste contexto também são evidenciados projetos estratégicos para o Rio Grande do Norte. O Governo continuará dedicado às ações preparatórias para sediarmos jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e a todos os demais atos de esforço para que o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante funcione regularmente no menor espaço de tempo possível.

Também são projetos estratégicos para o Rio Grande do Norte a celeridade nos procedimentos de instalação das Zonas de Processamento de Exportações em Macaíba e Assú, o relacionamento com a PETROBRÁS e seus investimentos em Petróleo e Gás no território potiguar, a articulação de pequenos empreendimentos e de iniciativas da Economia Solidária como eixo estruturante do desenvolvimento econômico.

O Governo do Estado assume, portanto, uma postura ainda mais evidente de ser indutor do desenvolvimento, agregando acervo e celeridade nos procedimentos, articulando segmentos e estimulando, com ações concretas de infra-estrutura, logística e desburocratização, um ambiente propício a investimentos que tenham sustentabilidade, responsabilidade social e respeito aos direitos dos trabalhadores.

7. PROPOSTAS ESTRUTURADAS

Diante do exposto e em quadro mais resumido seguem as propostas elencadas para o novo Governo.

DIRETRIZES 2011 ~ 2014

Iberê Ferreira de Souza

ÍNDICE

Desenvolver as bases adequadas para a inclusão social e melhoria da Qualidade de Vida da População	01
Interiorizar o Desenvolvimento Sustentável, a geração do conhecimento e disponibilidades tecnológicas	02
Dotar o RN de Infra Estrutura universalizada e moderna	03
Focar as ações de governo no atendimento às demandas do cidadão com responsabilidade financeira - equilíbrio fiscal dinâmico	04
Promover a sustentabilidade da Região Metropolitana	05

DIRETRIZES 2011 ~ 2014

Iberê Ferreira de Souza

01

Desenvolver as bases adequadas para a inclusão social e melhoria da Qualidade de Vida da População



A) EDUCAÇÃO E CULTURA

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: EDUCAÇÃO E CULTURA

PROPOSTAS:

1. Lançar as bases para uma educação inovadora no RN com a valorização do conhecimento integrador (num modelo que cria as possibilidades para a sua produção e construção), voltado para o desenvolvimento da auto-estima e do auto-conhecimento e direcionada para a formação do aluno-empREENDEDOR e a construção do aluno-cidadão.
2. Ampliar a oferta e melhorar a qualidade de ensino fundamental no estado, em parceria com os municípios, estimulando o desenvolvimento de programas educacionais para as crianças mais pobres, na faixa etária de até 03 anos, proporcionando maiores oportunidades de educação infantil de qualidade para as crianças de 04 a 06 anos e ensino fundamental universalizado para crianças a partir de 06 anos.
3. Melhorar as condições de infra-estrutura e equipamentos do sistema educacional, criando condições para que a escola se torne pólo de integração com a comunidade, estimulando atividades abertas de esportes, cultura e lazer em finais de semana, com o envolvimento das famílias no processo educacional, inclusive com cursos para os pais.
4. Criar uma sistemática de avaliação da educação no âmbito estadual que seja a base para a melhoria da sua qualidade e possibilite a implantação de premiações por mérito para as melhores escolas, inclusive de ensino superior (bônus por resultados para as equipes) e a criação de processos de certificação para as escolas de qualidade, com a instituição de uma lógica de cobrança por resultados.
5. Erradicar o analfabetismo no estado até o ano de 2014.
6. Criar o Pró-Gestão, direcionado para o aprimoramento da capacidade de gestão dos dirigentes das escolas, estimulando a reorganização dos conselhos escolares, com foco na revitalização da proposta pedagógica e do plano de desenvolvimento escolar, possibilitando um maior acompanhamento do conteúdo apresentado em sala de aula, da didática dos professores e da carga horária efetiva de cada disciplina.
7. Aprimorar continuamente a qualidade do ensino superior através da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.
8. Criar a TV Potiguar Educativa, um canal de televisão produtor de conteúdo exclusivamente educativo que disponibilizará programas didáticos, pedagógicos e culturais para a comunidade escolar do Rio Grande do Norte, outros segmentos e meios de comunicação interessados no tema.
9. Estruturar um sistema que possibilite a formação continuada dos professores da rede estadual, com a participação em programas de pós-graduação em universidades prévia e criteriosamente credenciadas buscando, em

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: EDUCAÇÃO E CULTURA

conseqüência, a melhoria da qualidade do ensino e da formação do professor com a possibilidade de progressão e promoção na carreira funcional.

10. Direcionar a atuação da Secretaria de Estado para a correção do fluxo escolar (defasagem idade – série), a expansão da matrícula no ensino médio e a consolidação da rede estadual de ensino técnico profissionalizante, com a abertura de novas escolas e ampliação significativa da matrícula, atendendo às demandas locais inclusive, na educação de jovens e adultos, e adequando horários para proporcionar o acesso ao maior número de estudantes.
11. Estruturar um sistema estadual de cultura que promova a valorização dos bens culturais, históricos e arquitetônicos com a implantação de espaços sócio-culturais para a população, promovendo a valorização da cultura potiguar, com a participação progressiva dos municípios, estimulando práticas participativas na sua gestão e fomentando a programação permanente nas Casas de Cultura com cursos, exposições e apresentações artísticas.
12. Estruturar um núcleo de certificação digital destinado à validação dos diplomas (certificados de conclusão) dos ex-alunos da rede pública e privada.
13. Instituir o programa de uniforme escolar (fardamento), para o ensino fundamental.

B) Saúde

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: SAÚDE

PROPOSTAS:

1. Modernizar a gestão pública da saúde, desenvolvendo no SUS uma cultura orientada para resultados, reforçando o papel de regulador estadual do sistema, aperfeiçoando, integrando e articulando o planejamento estratégico e os sistemas de informação e bases de dados de interesse para a saúde, com vistas a uma gestão mais qualificada, o controle e monitoramento das ações e da força de trabalho.
2. Fortalecer o planejamento descentralizado das ações de saúde, garantindo o apoio técnico, financeiro e administrativo aos municípios, apoiando a elaboração de seus instrumentos de gestão e o desempenho de seu papel na atenção primária, monitorando a execução dos Pactos pelos municípios, apoiando a desprecarização do trabalho dos agentes comunitários e estimulando a educação permanente de seus profissionais.

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: SAÚDE

3. Realizar concurso estadual para o recrutamento de profissionais de saúde de base local – para ter servidores para atuar nos municípios, além de criar mecanismos que estimulem os municípios a remunerar seus profissionais de saúde com base na produtividade na prestação de serviços.
4. Fortalecer a participação e o controle social do SUS, com a atualização do cadastro dos conselhos municipais e a qualificação dos conselheiros.
5. Assegurar o acesso qualificado e humanizado as ações e serviços de atenção básica, ampliando a cobertura das estratégias de saúde da família, e garantindo a ampliação do acesso às ações de promoção, prevenção e recuperação em saúde bucal.
6. Estruturar adequadamente a rede de atendimentos especializados de média complexidade para assegurar o tratamento integral dos usuários do SUS, principalmente relacionados à saúde da mulher, da criança, do adolescente e jovem, da pessoa idosa e do homem.
7. Reduzir a mortalidade materna e neonatal, qualificando a assistência neonatal em 100% dos municípios do RN com a ampliação dos leitos de UTI para esta finalidade em todas as regiões de saúde do estado.
8. Fortalecer e melhorar a atenção especializada ambulatorial, com a criação de núcleo itinerante para atendimento médico-ambulatorial e odontológico no âmbito local, garantindo a integralidade da atenção às doenças crônicas não transmissíveis, com a minimização dos seus agravos.
9. Implementar a política de atenção integral às pessoas com deficiência, desenvolvendo e organizando redes regionalizadas de atenção integral à saúde.
10. Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e industrial na produção de medicamentos e adotar medidas para garantir assistência hematológica e hemoterápica com padrões de qualidade e eficiência dos serviços.
11. Estruturar a Central de Regulação, garantindo o acesso dos cidadãos de forma rápida e humanizada a rede hierarquizada de atenção integral à saúde, com a universalização do atendimento pelo SAMU no Estado.
12. Fortalecer e melhorar a qualidade dos hospitais regionais, com base em diretrizes padronizadas de operação e prestação de serviços, voltadas para a integração da atenção básica – hospital – comunidade e o estabelecimento de planos de gestão que ampliem a sua autonomia e assegurem o alcance de resultados.
13. Ampliar a realização de ações intersetoriais de promoção à saúde, visando especialmente à redução dos agravos e violência em discussão com a comunidade, implantando o conceito de “Cidades Protetoras da Vida”.
14. Promover a reciclagem permanente dos profissionais, apoiar a criação de escolas técnicas de saúde e a formação de profissionais do setor, inclusive a qualificação de gestores em nível de pós-graduação, visando o acesso de profissionais de competência comprovada nas diversas instâncias de decisão do setor.

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: **SAÚDE**

15. Implantar um sistema estadual de assistência farmacêutica, ampliando o atendimento da Farmácia Popular, aumentando o elenco de medicamentos, e o acesso aos medicamentos de alto custo – UNICAT, priorizando os de maior impacto nos indicadores epidemiológicos, além de instituir a farmácia de plantas medicinais – Farmácia Verde – com distribuição assistida às comunidades carentes.
16. Estabelecer sistema simplificado, de fácil acesso para a população, para a marcação de consultas e exames, bem como agilizar a realização de cirurgias eletivas.
17. Implantar um sistema de realização de exames utilizando os recursos de tecnologia da informação – Telemedicina – permitindo a troca de informações entre equipes especializadas, aumentando a eficiência na gestão, evitando o transporte de pacientes e eliminando gastos desnecessários.
18. Implantar um novo pronto-socorro em Natal com 350 leitos, ampliando a capacidade de atendimento de urgências no Estado e equacionando definitivamente o atendimento a população, prestado pelo Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel.

C) Segurança Pública

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: **SEGURANÇA PÚBLICA**

PROPOSTAS:

1. Implantar um Sistema Unificado de Segurança Pública, dinamizando o funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada da Política de Segurança Pública com a participação dos diferentes órgãos de Governo, do Poder Judiciário e da sociedade civil, representando um espaço permanente de integração, debate, fiscalização e avaliação das questões referentes ao tema
2. Estabelecer os paradigmas para dotar a área de Segurança Pública de uma administração gerencial, orientada para o alcance de metas e resultados e com um sistema de avaliação de desempenho transparente, com arranjos institucionais e infra-estrutura física adequados, inclusive o reaparelhamento e a regionalização do ITEP;
3. Criar um sistema permanente de qualificação do pessoal atuante na segurança pública, privilegiando a tecnologia da informação e a gestão do conhecimento, contribuindo para aprimorar e fortalecer os mecanismos de inteligência da polícia.

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: SEGURANÇA PÚBLICA

4. Aprimorar os mecanismos de planejamento operacional, inteligência e estratégia no combate ao crime, desenvolvendo ações articuladas e em cooperação com a população, respeitando a diversidade de situações, criando observatórios locais de segurança pública e possibilitando que a população possa prestar informações criminais e adotar postura de autodefesa, mediante a implantação da “Linha Direta” e “Disk Denúncia Unificado”.
5. Ampliar as ações do poder público em áreas de maior incidência de criminalidade, com a instalação da “Polícia Pacificadora” e o desenvolvimento de ações voltadas para a recuperação dos equipamentos públicos, restauração e devolução ao uso comunitário dos centros esportivos e a realização de oficinas de cultura, esporte e lazer nas comunidades.
6. Dar maior visibilidade às ações policiais, ampliando a atuação e as operações de segurança em todo o estado, dotando o policiamento de mobilidade, dando preferência às estruturas móveis (veículos e motos) em relação às fixas (postos), ampliando a atuação da Polícia Rodoviária Estadual em toda a malha viária estadual.
7. Interiorizar a Polícia Civil, criando melhores condições para o seu funcionamento nas comarcas do interior, com a adequação da estrutura das delegacias para a operação em novas bases.
8. Ampliar e dinamizar as iniciativas educacionais desenvolvidas pela Polícia Militar e reconhecidamente exitosas, como o PROERD, o Segurart e a Guarda Mirim Ambiental.
9. Fomentar o tratamento diferenciado aos presos conforme a gravidade dos delitos, a adoção de ações de proteção e assistência aos condenados, e reconhecer as especificidades da condição da mulher privada de liberdade.
10. Reforçar e desenvolver programas de ressocialização, com ênfase no trabalho e na inclusão e inserção do egresso do sistema penitenciário na sociedade.
11. Criar os “Centros de Atendimento Integrado ao Adolescente” para os autores de ato infracional, com a participação das Polícias Civil e Militar, do Tribunal de Justiça, da Promotoria e da Vara da Infância e Juventude, da Procuradoria Geral da Justiça e da Defensoria Pública para a agilização de processos (apreensão, oitiva e encaminhamento), a redução da internação, a intensificação do uso de medidas sócio-educativas, e o acompanhamento e assistência aos adolescentes em risco (valorização da família e atendimento multidisciplinar aos jovens em risco social).
12. Ampliar a infra-estrutura do sistema de segurança pública, visando à melhoria da interação, comunicação e infra-estrutura do aparato, com a construção de cadeias públicas para a custódia de presos provisórios, eliminando o problema dos presos em delegacias e a adequação da capacidade prisional do estado.
13. Sensibilizar e orientar as prefeituras municipais para elaborarem seus planos de segurança e se integrarem ao Sistema Unificado de Segurança Pública, incentivando a criação de Conselhos Municipais de Justiça e Segurança e a

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: SEGURANÇA PÚBLICA

articulação dos organismos judiciais, policiais, sociais e comunitários.

14. Implantar um sistema de atendimento jurídico a comunidades, com a mediação e encaminhamento de conflitos, nas localidades mais complexas – “Justiça na Comunidade”.
15. Conferir total prioridade ao combate ao tráfico e uso de drogas em estreita articulação entre as iniciativas de prevenção e repressão com as de justiça para obter o máximo de efetividade, identificando as comunidades com maior incidência de tráfico e uso de drogas, desenvolvendo diversas atividades de conscientização, esclarecimento da população e de sensibilização das prefeituras municipais.
16. Desenvolver ações de recuperação e ressocialização de dependentes químicos, estruturando ações voltadas para a sua recuperação, com atendimento especializado e a criação de mecanismos de reinserção dos jovens, direcionando-os para a prática de atividades esportivas e qualificação profissional.
17. Ampliar as medidas preventivas de segurança pública, impedindo o comprometimento dos policiais com atividades burocráticas, terceirizando e otimizando os serviços complementares e de apoio, liberando policiais para o trabalho nas ruas.

D) Gestão do Desenvolvimento Social e Capacitação

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CAPACITAÇÃO

PROPOSTAS:

1. Aprofundar a implementação do Sistema Único de Assistência Social no estado, ampliando o atendimento as famílias em situação vulnerável e articulando os diferentes sistemas públicos de proteção social e especialmente os “Centros de Referência” aos “Centros Especializados de Assistência Social”, cumprindo, no sistema federativo, as funções delegadas ao Governo do Estado.
2. Desenvolver um programa de qualificação profissional atento as potencialidades econômicas e necessidades geradas pelo desenvolvimento da economia potiguar e considerando as condições sociais dos beneficiários, priorizando os jovens, os desempregados e os segmentos sociais mais vulneráveis, estimulando a inserção de egressos do Programa Bolsa-Família no mercado de

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CAPACITAÇÃO

trabalho.

3. Participar de programa de transferência condicionada de renda visando o combate à pobreza, o enfrentamento das desigualdades e a superação das vulnerabilidades das pessoas ao longo do seu ciclo de vida.
4. Apoiar às iniciativas de economia solidária com a ampliação de recursos financeiros para fomento, assistência técnica e promoção dos produtos e serviços gerados pelo associativismo.
5. Estimular o desenvolvimento de um programa de microcrédito que seja capaz de transformar excluídos em pequenos empreendedores.
6. Articular as diversas políticas sociais visando a promoção e o desenvolvimento de ações afirmativas para as mulheres apoiando iniciativas produtivas que fortaleçam sua autonomia econômica, reduzam as diferenças entre homens e mulheres e promovam a igualdade racial, sobretudo, assegurando educação, oportunidades e condições de emancipação.
7. Adequar a legislação e fiscalizar o seu cumprimento visando ampliar os direitos das mulheres e incentivar a sua participação em espaços de poder e de decisões de políticas públicas.
8. Desenvolver programas e ações que assegurem a “Atenção Integral à Juventude”.
9. Fortalecer a atuação e a prestação de serviços pela FUNDAC, em conjunto com entidades e órgãos do setor, na defesa e na implementação de projetos que assegurem direitos a criança e ao adolescente.
10. Fortalecer programas e ações direcionados para a infância e a adolescência fomentando a sua articulação no sentido de assegurar direitos, combater o trabalho infantil, o abuso e a exploração sexual na infância e na juventude, garantindo atenção integrada.
11. Desenvolver ações permanentes e contínuas de capacitação dos gestores da assistência social, fomentando a articulação entre os segmentos governamentais e da sociedade civil organizada, para que os projetos na área sejam efetivados com a participação dos diversos segmentos.
12. Fortalecer as parcerias com as instituições que atuam na assistência social, possibilitando a efetivação de projetos que priorizem o atendimento a pessoas portadoras de deficiências, idosos, moradores de ruas e viciados em drogas e álcool.
13. Estimular a construção de parcerias para o desenvolvimento de ações que promovam ações de capacitação visando a inserção no mercado de trabalho, valendo-se das oportunidades que serão criadas com a realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal.
14. Ampliar os programas e ações direcionadas para a juventude e com foco na sua escolarização, inserção no mercado de trabalho, o desenvolvimento de suas capacidades e competências empreendedoras, a sua inclusão digital,

MACRO DIRETRIZ: DESENVOLVER AS BASES ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

ÁREA DE ABORDAGEM: GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CAPACITAÇÃO

promovendo o efetivo acompanhamento dos impactos dos mesmos nas mudanças da vida dos jovens.

15. Desenvolver programas e ações e apoiar iniciativas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário dos idosos bem como promovam a humanização do seu atendimento e garantam a atenção integral aos mesmos.
16. Fomentar o cumprimento da legislação de acessibilidade aos deficientes e estimular os programas e ações inclusivas.
17. Desenvolver ações de políticas afirmativas voltadas para o combate a discriminação, de promoção de cultura de respeito a diversidade sexual, o reconhecimento social e a cidadania GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais).
18. Promover programas, projetos e ações direcionados para atividades sócio-desportivas e de lazer para a população, que melhorem a sua qualidade de vida.
19. Estruturar uma Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional direcionada para a erradicação da fome no território potiguar e a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população, com a implantação de sistemas integrados de produção de alimentos, distribuição e abastecimento, educação para o consumo e orientação nutricional, incluindo (hortas, feiras e mercados do produtor, restaurantes populares, “Compra Direta Local”, etc) e a articulação com outras iniciativas voltadas para o combate à fome.
20. Desenvolver uma política estadual de abastecimento alimentar que promova melhores condições de produção e de acesso aos alimentos para a população.
21. Fortalecer o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, incrementando suas fontes de receitas e dotando-o de capacidade de financiamento para apoiar iniciativas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento solidário e sustentável.

DIRETRIZES 2011 ~ 2014

Iberê Ferreira de Souza

02

Interiorizar o Desenvolvimento Sustentável, a geração do conhecimento e disponibilidades tecnológicas



A) Meio Ambiente

MACRO DIRETRIZ: INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E DISPONIBILIDADES TECNOLÓGICAS

ÁREA DE ABORDAGEM: **MEIO AMBIENTE**

PROPOSTAS:

1. Implementar uma Política Estadual de Meio Ambiente, que privilegie a educação, o zoneamento ecológico econômico e a conservação dos biomas presentes no território potiguar.
2. Constituir e fortalecer um sistema estadual de meio ambiente de base científica e tecnológica, que promova a inclusão de ações e iniciativas municipais e a estruturação de suas políticas, a valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais promovendo a correta destinação dos resíduos sólidos, campanhas de consumo sustentável e de economia de energia, a criação de hortos florestais e a implementação de planos diretores de arborização.
3. Fortalecer o Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEPEMA – como instrumento financiador das ações que promovam e assegurem a sustentabilidade ambiental no RN, incentivem à adoção de mecanismos de auto-monitoramento pelos empreendimentos ou atividades com potencial de impacto ambiental e promovam a recuperação de áreas degradadas.
4. Promover a incorporação dos aspectos ambientais nos planos, políticas, programas e projetos públicos setoriais, identificando impactos e conseqüências associadas, respeitando às formas e meios de subsistência das comunidades tradicionais e das populações carentes, buscando compatibilizar as dimensões ambientais, sociais e econômicas.
5. Incentivar à adoção de práticas e mecanismos que minimizem, controlem e monitorem os impactos das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como visem à melhoria contínua de seu desempenho ambiental, considerando inclusive o ambiente de trabalho do empreendimento.
6. Desenvolver programas e ações que preservem a qualidade ambiental, estimulando adoção de tecnologias limpas que contribuam para a redução da poluição, protejam as áreas ameaçadas de degradação e promovam a recuperação das degradadas.
7. Estimular o desenvolvimento de conhecimento científico e de pesquisas direcionadas a preservação do meio ambiente no estado, que possibilitem a criação de estratégias eficazes para a preservação dos seus recursos naturais.
8. Atualizar a legislação ambiental do estado de modo a conferir maior segurança jurídica, facilitar a fiscalização e tornar mais eficiente o seu cumprimento.
9. Fomentar a participação da sociedade na questão ambiental estimulando a criação de conselhos e órgãos colegiados de defesa do meio ambiente, de base municipal, apoiando as redes de comunicação ambiental, promovendo a produção interativa e veiculação de programas e campanhas de educação.
10. Expandir os programas de apoio técnico à renovação urbana, sobretudo das zonas degradadas na periferia, com recuperação de praças, hortos comunitários

MACRO DIRETRIZ: INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E DISPONIBILIDADES TECNOLÓGICAS

ÁREA DE ABORDAGEM: **MEIO AMBIENTE**

e áreas de lazer coletivas.

11. Desassorear e despoluir as três bacias hidrográficas relevantes para o estado: Potengi; Piranhas – Assú; e, Apodi – Mossoró.
12. Ampliar e dinamizar o funcionamento do “Ecocentro”.
13. Implantar o “Complexo Administrativo Ambiental do RN” congregando todos os órgãos que atuam no tema num único espaço físico, facilitando o acesso da população a esses serviços.

B) Desenvolvimento do Turismo

MACRO DIRETRIZ: INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E DISPONIBILIDADES TECNOLÓGICAS

ÁREA DE ABORDAGEM: **DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

PROPOSTAS:

1. Ampliar e melhorar a infra-estrutura turística do estado, integrar ações de empreendedorismo do setor e promover um maior envolvimento nas estruturas municipais com o fomento ao turismo.
2. Conferir as ações vinculadas à realização da COPA 2014 em Natal, o caráter de ações de desenvolvimento econômico, geração de oportunidades e inclusão social, como conquistas da população.
3. Intensificar o processo de interiorização da atividade turística, aumentando o diversificando os produtos turísticos de qualidade, contemplando e respeitando a diversidade cultural, os recursos naturais e as diferenças regionais.
4. Implantar os Pólos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS da Costa das Dunas, da Costa Branca e do Seridó.
5. Promover e divulgar as potencialidades turísticas do Estado, no Brasil e no exterior, valorizando os nossos recursos naturais e a hospitalidade do povo potiguar.
6. Implantar um programa permanente de qualificação profissional de recursos humanos para o setor.
7. Preservar o patrimônio natural e histórico-cultural inserindo-os nos roteiros turísticos e incentivando o fortalecimento da identidade cultural.
8. Incentivar o turismo escolar regional, com a participação de escolas públicas e privadas, como meio de estudo de campo, integrado às disciplinas curriculares (“Conheça o RN – formação da cultura turística no Estado”).

MACRO DIRETRIZ: INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E DISPONIBILIDADES TECNOLÓGICAS

ÁREA DE ABORDAGEM: **DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

9. Desenvolver atividades que promovam e incentivem o turismo interno, integrando as atividades e os eventos realizados nos municípios, articulando a participação do setor privado e dos atores sociais.

C) Desenvolvimento Econômico e Agricultura

MACRO DIRETRIZ: INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E DISPONIBILIDADES TECNOLÓGICAS

ÁREA DE ABORDAGEM: **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA**

PROPOSTAS:

1. Promover o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da pesca com ampliação de programas de assistência técnica e extensão rural, de cidadania, de agroindustrialização da produção e de comercialização, gerando um ambiente ainda mais propício à produção e, conseqüentemente, oportunizando geração e circulação de renda com sustentabilidade ambiental.
2. Promover a ampliação da infra-estrutura produtiva rural, com a disponibilização de técnicas e equipamentos que possibilitem a adoção de práticas sustentáveis de convivência com o semi-árido e melhor aproveitamento dos recursos naturais.
3. Universalizar a energia elétrica em todas as propriedades, assentamentos, distritos e vilas rurais do Rio Grande do Norte mediante continuidade da parceria com o Governo Federal no programa “Luz para Todos”, fomentando as formas econômicas de utilização da energia no meio rural.
4. Desenvolver uma programação direcionada para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação no segmento agropecuário.
5. Implementar programas e ações voltados para a qualificação profissional no meio rural, adequadas às necessidades e potencialidades de cada região do estado.
6. Fortalecer a agricultura de base familiar mediante a disponibilização de assistência técnica e extensão rural, instrumentos de comercialização de sua produção e alternativas que possibilitem a diversificação de suas atividades, a sua sustentabilidade econômica e a segurança alimentar da população.
7. Desenvolver e ampliar ações de incentivo à produção de oleaginosas para a produção de bioenergia, potencializando a inserção produtiva da agricultura familiar e o funcionamento do pólo produtor de biodiesel no estado.
8. Consolidar a programação permanente de um circuito estadual de eventos e

MACRO DIRETRIZ: INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E DISPONIBILIDADES TECNOLÓGICAS

ÁREA DE ABORDAGEM: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA

feiras do agronegócio.

9. Reestruturação das “Centrais de Abastecimento do RN – CEASA”, com criação de entrepostos funcionais, próximos das regiões produtoras e dos centros consumidores, facilitando o escoamento da produção e o acesso dos consumidores, com a redução dos custos de transação dos produtos, mediante até mesmo a implantação de sistemas inovadores de comercialização como a Bolsa de Mercadorias (presencial e virtual).
10. Fortalecimento do Programa do Leite assegurando a rentabilidade econômica da atividade, a prioridade para a agricultura familiar, a manutenção do rebanho leiteiro bovino e caprino do Rio Grande do Norte, e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população mais carente.
11. Reestruturar e implantar projetos de irrigação, atraindo a iniciativa privada para sua execução.
12. Desenvolver os “Arranjos Produtivos Locais”, com a participação intersetorial dos diferentes órgãos do governo, da sociedade civil organizada, representantes de produtores, trabalhadores e segmentos interessados, além das universidades e escolas técnicas que se relacionem com o tema.
13. Ampliar o parque industrial potiguar, recuperar empreendimentos locais e atrair novos empreendimentos com foco na sustentabilidade e nas principais vocações econômicas do estado.
14. Incentivar a formalização, a qualificação e o desenvolvimento dos empreendedores individuais, da micro e pequena empresa inserida nas cadeias e nos “Arranjos Produtivos Locais”.
15. Criar estímulos para os empreendedores, tais como a concessão de incentivos para a reforma dos estabelecimentos que se caracterizem como sendo do Empreendedor Individual, dinamizando essa atividade econômica no estado.
16. Atrair novos investimentos industriais, estimulando o fortalecimento das atividades econômicas em todo o estado, mediante a concessão de incentivos fiscais, a disponibilização de infra-estrutura de apoio e a qualificação da mão-de-obra necessária.
17. Ampliar a oferta de ações de proteção para as atividades econômicas em sua etapa inicial, promovendo a incubação e simplificando o seu acesso a programas de inovação tecnológica no Rio Grande do Norte.
18. Simplificar procedimentos fiscais e administrativos, inclusive, editando de forma compilada e periódica normas e formulários que confirmam rapidez e eficiência no relacionamento das empresas e dos demais contribuintes com o Governo.
19. Estimular as atividades econômicas e empresariais competitivas e inovadoras

MACRO DIRETRIZ: INTERIORIZAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E DISPONIBILIDADES TECNOLÓGICAS

ÁREA DE ABORDAGEM: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA

com ênfase nas energias renováveis, tecnologia da informação, têxteis e cerâmicas, cimento e outras relacionadas ao pólo petroquímico do estado.

20. Simplificar a legislação estadual que trata da abertura de empresas, das questões sanitárias e ambientais, estimulando a micro, pequena e média empresa a se instalar e desenvolver suas atividades no estado.
21. Estimular a realização de feiras de negócios e outras atividades de promoção comercial que fomentem as atividades desenvolvidas pelas empresas instaladas no estado.
22. Apoiar a instalação de uma indústria de beneficiamento do minério de ferro (pelotização) para exportar o produto com valor agregado a partir do nosso território.

DIRETRIZES 2011 ~ 2014

Iberê Ferreira de Souza

03

Dotar o RN de Infra Estrutura universalizada e moderna



A) Saneamento Básico e Habitação

MACRO DIRETRIZ: **DOTAR O RN DE INFRA-ESTRUTURA UNIVERSALIZADA E MODERNA**

ÁREA DE ABORDAGEM: **SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO**

PROPOSTAS:

1. Desenvolver uma política estadual de habitação que promova a redução significativa do déficit habitacional do estado.
2. Ampliar os programas habitacionais voltados para construção de novas habitações, a reforma das habitações existentes, incluindo as da zona rural, fomentando a erradicação dos domicílios em condições precárias, improvisados e rústicos, mediante até mesmo a concessão de microcrédito.
3. Ampliar as parcerias com o Governo Federal no programa “Minha Casa, Minha Vida” viabilizando a construção de novas unidades, reduzindo o déficit habitacional no estado. Será fomentada a construção de conjuntos habitacionais e o desenvolvimento de outros projetos e ações voltados para a infra-estrutura urbana e a regularização fundiária.
4. Promover a regularização fundiária de todos os conjuntos habitacionais existentes no estado.
5. Atuar em parceria com os municípios, sociedade civil visando promover o acesso a moradia e a melhoria das condições de habitação das famílias da baixa renda, erradicando as moradias impróprias no território potiguar.
6. Concluir e ampliar o “Plano Estadual de Saneamento Básico”, com a elevação significativa da cobertura, que possibilite alcançar a cobertura integral na próxima década. Para isso serão utilizadas as tecnologias disponíveis, desde que comprovada a sua viabilidade ambiental, viabilizadas mediante, inclusive, a concessão dos serviços para a iniciativa privada.

B) Infra-Estrutura

MACRO DIRETRIZ: **DOTAR O RN DE INFRA-ESTRUTURA UNIVERSALIZADA E MODERNA**

ÁREA DE ABORDAGEM: **INFRA-ESTRUTURA**

PROPOSTAS:

1. Desenvolver a vocação econômica natural do estado para a logística de

MACRO DIRETRIZ: DOTAR O RN DE INFRA-ESTRUTURA UNIVERSALIZADA E MODERNA

ÁREA DE ABORDAGEM: INFRA-ESTRUTURA

transporte com base no planejamento estratégico de longo prazo voltado para a revitalização do sistema de transportes e a execução das obras de mobilidade urbana em todo o estado e considerando, especialmente, a realização da COPA 2014 em Natal.

2. Elaborar o Plano Estadual de Logística e Transporte - PELT, contemplando obras de infra-estrutura nos modais rodoviário, aeroportuário, dutoviário e portuário, a serem implantados no Estado até 2025.
3. Implantar o Terminal Graneleiro de Porto do Mangue, para atender necessidades e aproveitar oportunidades como a exportação de derivados de calcário da Região Mossoroense, dos derivados de petróleo de Guamaré, das pedras ornamentais e produção mineral da Região Seridó e outras, para facilitar operação da ZPE do Sertão de Assú e, principalmente, para o minério de ferro da Região de Jucurutu e outras.
4. Articular com a rede ferroviária federal e concessionária dos serviços a recuperação da malha ferroviária, ampliando a rede e promovendo a sua ligação ao sistema da ferrovia TRANSNORDESTINA.
5. Implantar os ramais ferroviários que vão ligar a Região Seridó com o Terminal Graneleiro de Porto do Mangue e ligar Mossoró a Natal, entrecortando a região petrolífera do estado (Guamaré) e outros pólos produtivos emissores de carga (Costa Norte).
6. Definir os corredores da produção (salineira e fruticultura irrigada), do turismo, da carga pesada e vias alimentares, imprescindível para se definir níveis de resistência dos materiais utilizados, bem como garantir a segurança dos usuários.
7. Desenvolver as ações que criem as condições favoráveis necessárias para a duplicação da BR 304 (Natal - Mossoró - Fortaleza).
8. Implantar, duplicar e melhorar a malha de acesso e escoamento da Refinaria Potiguar Clara Camarão em Guamaré como forma de permitir o transporte adequado no modal rodoviário para acesso aos mercados de exportação por terra dos derivados de petróleo (interior do Ceará, de Pernambuco e do Piauí e, também, Natal, João Pessoa e Recife).
9. Implantar a malha viária turística do estado (circuito das lagoas e novas vias de acesso no Litoral Sul, circuito Costa Branca no Litoral Norte e outras).
10. Concluir a estrada-parque de acesso direto da BR 101 à Praia de Pipa
11. Concluir a Via Metropolitana (anel rodoviário de Natal).
12. Concluir os anéis viários de Mossoró, Caicó, Currais Novos e outros pólos

MACRO DIRETRIZ: DOTAR O RN DE INFRA-ESTRUTURA UNIVERSALIZADA E MODERNA

ÁREA DE ABORDAGEM: INFRA-ESTRUTURA

regionais.

13. Incrementar o plano permanente de manutenção preventiva da malha viária do estado.
14. Apoiar a consolidação do sistema de transmissão e de distribuição de energia elétrica, a ser executado pela COSERN, sustentáculo ao desenvolvimento sócio econômico do Estado, levando energia de qualidade para todos.
15. Consolidar a diversificação da nossa matriz energética com a exploração das fontes alternativas de energia (hidráulica, eólica e solar), co-geração com gás natural e fortalecer o aproveitamento da biomassa (fomento as pequenas usinas na área canavieira para aproveitamento do bagaço da cana para geração de energia elétrica).
16. Ampliar a capacidade de acumulação e oferta de água, dotando o estado de infra-estrutura hídrica capaz de atender a demanda de água de boa qualidade, para consumo humano, para agropecuária, irrigação, indústria e serviço, bem como, para geração de energia.
17. Integrar as bacias hidrográficas, com a distribuição das águas advindas da transposição do Rio São Francisco, reforçando o abastecimento na região Seridó/Central (Bacia Piranhas-Assú) e região do Alto Oeste/Apodi (Bacia do Apodi).
18. Desenvolver um sistema de perfuração, instalação e manutenção de poços na região do semi-árido que permita a captação de água de subsolo.
19. Promover a drenagem e dragagem dos vales úmidos, com a desobstrução das bacias hidrográficas com a sua foz no Litoral Oriental do estado, possibilitando o aproveitamento de 25.000 ha de solos de boa fertilidade para exploração agrícola.
20. Realizar as obras de contenção de marés, impedindo o avanço das marés, protegendo as áreas de interesses econômico e social.
21. Ampliar o sistema de adutoras, objetivando suprir uma deficiência hídrica ainda existente no abastecimento de água de comunidades carentes, concluindo a transposição e interligação da adutora de Boa Cica - para reforço e substituição parcial da Lagoa do Bonfim como fonte das adutoras Monsenhor Expedito e outras.
22. Melhorar o sistema portuário do estado, dotando-o da infra-estrutura, da capacidade, da segurança e eficiência para o escoamento adequado da produção econômica crescente.
23. Ampliar o Porto de Natal, executando as obras de derrocagem dos arrecifes situados na faixa do canal de acesso (Pedra da Bicuda), para aumentar e manter

MACRO DIRETRIZ: DOTAR O RN DE INFRA-ESTRUTURA UNIVERSALIZADA E MODERNA

ÁREA DE ABORDAGEM: INFRA-ESTRUTURA

seu calado em pelo menos 12 metros.

24. Implantar o terminal de passageiros do Porto de Natal.
25. Articular e agilizar a execução do modelo de concessão para construção e operação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, adequando a infraestrutura aeroportuária do estado às necessidades da realização da COPA 2014.
26. Modernizar o aeroporto de Mossoró, com a adequação do terminal de passageiros para a operação e implantação de linhas aéreas regionais.
27. Implantar o aeroporto de Pipa.
28. Implantar a malha de campos de pouso em pólos regionais do estado, inclusive para operação noturna.
29. Criar uma rede intermunicipal de trens e/ou metrô, que assegure a interligação de municípios da região metropolitana, mediante a proposição de parcerias público-privada.
30. Implantar o sistema de veículo leve sobre trilhos (VLT) na região metropolitana de Natal.
31. Ampliar a infraestrutura de telecomunicações, viabilizando os meios necessários para que as concessionárias de serviços promovam a necessária cobertura geográfica e a ampliação dos serviços.
32. Desenvolver a infraestrutura necessária a comunicação de dados com o aproveitamento do cabo intercontinental de fibra ótica (com origem na América do Norte e que ingressa no Brasil pelo Nordeste, cortando o RN desde Mossoró até Natal - acompanhando o traçado da BR 304, descendo pelo litoral no sentido sul).
33. Configurar o “Cinturão Digital” provendo o acesso à internet em banda larga (de alta velocidade) em todo o território potiguar e constituindo um diferencial importante para o RN atrair empreendimentos, como “call centers” e empresas de tecnologia, que requeiram rede de dados de alta velocidade e baixo custo de instalação e operação.

DIRETRIZES 2011 ~ 2014

Iberê Ferreira de Souza

04

Focar as ações de governo no atendimento às demandas do cidadão com responsabilidade financeira - equilíbrio fiscal dinâmico



A) Gestão do Governo

MACRO DIRETRIZ: FOCAR AS AÇÕES DE GOVERNO NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO CIDADÃO, COM RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – EQUILÍBRIO FISCAL DINÂMICO

ÁREA DE ABORDAGEM: **GESTÃO DO GOVERNO**

PROPOSTAS:

1. Fortalecer as ações conjuntas com os municípios, para enfrentar adequadamente a agenda do desenvolvimento do RN, aprimorando os mecanismos de interlocução com os mesmos, em especial no que se refere à simplificação do processo de descentralização de recursos, à transparência e à integração das ações no território.
2. Melhorar a prestação de serviços ao cidadão, desburocratizando suas ações e procedimentos e ampliando a base tecnológica de prestação de serviços.
3. Incorporar de forma prioritária a dimensão territorial nos processos de planejamento, considerando ainda os conceitos de área metropolitana a partir de critérios demográficos, urbanísticos e funcionais, de sub-regiões metropolitanas, que contribuam nos processos de elaboração estratégica para a produção de diagnósticos, identificação de tendências, conhecimento de potencialidades, problemas e construção de cenários prováveis.
4. Desenvolver um programa permanente de qualificação de seus servidores visando aprimorar o atendimento ao cidadão e a qualidade da gestão do estado.
5. Promover uma política voltada para a retenção de competências no serviço público estadual, estimulando a implantação de sistemas de avaliação por mérito e de responsabilização dos dirigentes por metas e resultados alcançados.
6. Adotar práticas de combate a ineficiência, ao desperdício e de otimização do gasto público.
7. Aprimorar a sistemática de negociação coletiva com os servidores públicos estaduais, criando um fórum permanente que assegure transparência e responsabilidade no processo.
8. Regulamentar na legislação estadual a contratualização de metas e resultados de desempenho, a aplicação de recursos orçamentários tendo como contrapartida a concessão de autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos.
9. Adequar a estrutura organizacional do estado as necessidades da prestação de serviços para a população, da racionalidade administrativa e do uso dos recursos públicos.

B) Gestão das Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano

MACRO DIRETRIZ: FOCAR AS AÇÕES DE GOVERNO NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO CIDADÃO, COM RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – EQUILÍBRIO FISCAL DINÂMICO

ÁREA DE ABORDAGEM: **GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

PROPOSTAS:

1. Criar a “Agenda Estadual da Gestão Pública”, contendo as iniciativas inovadoras para melhorar a gestão pública do estado e fomentando a produção de modelos, que orientem a transformação gerencial rumo a excelência, dando aos órgãos estaduais condições de melhorar os serviços prestados aos cidadãos.
2. Implantar uma sistemática de avaliação dos órgãos que integram a gestão pública estadual quanto à qualidade de sua gestão e desempenho institucional, ou seja, valorizar os órgãos estaduais que se destacam em inovação, redução de custos, qualidade dos serviços e satisfação do cidadão.
3. Propor sistemática de “Gestão do Atendimento ao Cidadão” que informe os tipos de serviço prestados pelos órgãos estaduais, as formas de acesso e obtenção desses serviços e os padrões de qualidade no atendimento ao público, com os prazos para sua prestação.
4. Desenvolver mecanismos que propiciem a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos institucionalizando essa avaliação como uma prática relevante e necessária para o aperfeiçoamento da gestão pública.
5. Implementar um programa estadual de apoio à modernização da gestão e do planejamento dos municípios, que preste cooperação financeira e assistência técnica para a execução de projetos de transparência e fortalecimento da capacidade institucional das administrações municipais.

C) Gestão Democrática

MACRO DIRETRIZ: FOCAR AS AÇÕES DE GOVERNO NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO CIDADÃO, COM RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – EQUILÍBRIO FISCAL DINÂMICO

ÁREA DE ABORDAGEM: **GESTÃO DEMOCRÁTICA**

PROPOSTAS:

1. Desenvolver metodologias para a constituição de fóruns de discussão dos

PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO IFS2010

“Planos Regionais de Desenvolvimento” que deverão integrar o Plano Plurianual e as propostas orçamentárias anuais, possibilitando a participação da população na sua formulação, monitoramento e avaliação.

2. Reforçar os mecanismos de gestão participativa, estabelecendo o diálogo com os segmentos representativos da sociedade na discussão dos temas de interesse, na busca de consensos e na resolução de conflitos.
3. Fortalecer os conselhos setoriais de políticas públicas, valorizando seu papel na formulação, no acompanhamento, na avaliação e no controle social das políticas públicas.
4. Apoiar à realização sistemática de conferências setoriais estaduais, que contribuam para a formulação de agendas e prioridades das políticas públicas.
5. Institucionalizar os espaços de participação no âmbito da administração pública estadual, com o fortalecimento do monitoramento, da avaliação e da publicização dos resultados alcançados.
6. Fortalecer e interagir com as diversas formas de gestão intermunicipal, já existentes, tais como: comitês de bacias hidrográficas, fóruns regionais e consórcios.
7. Criar e instalar um “Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social” para servir de espaço para o diálogo permanente entre o governo e a sociedade, aprofundando o debate sobre a agenda do desenvolvimento para o Rio Grande do Norte.

DIRETRIZES 2011 ~ 2014

Iberê Ferreira de Souza

05

Promover a sustentabilidade da Região Metropolitana



A) Articulação Institucional da Região

<p>MACRO DIRETRIZ: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA</p>
<p>ÁREA DE ABORDAGEM: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DA REGIÃO</p>
<p>PROPOSTAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar o processo de construção de uma “Agenda Metropolitana”, voltada para o enfrentamento de problemas concretos e imediatos, a ser concretizada paralelamente aos esforços de consecução da agenda estratégica para a região. 2. Pactuar critérios de partilha de recursos entre os entes federados (Estado e Municípios), de forma a prover a “Gestão Metropolitana” de mecanismo de financiamento destinado às atividades de manutenção dos instrumentos e estruturas de planejamento e gestão e, também, à execução dos programas, projetos, ações e serviços de interesse comum. 3. Avaliar a necessidade de constituição de um “Fundo Metropolitano” e definir a personalidade jurídica mais adequada à gerência dos recursos financeiros, tendo em vista a articulação intersetorial de caráter intergovernamental e público-privada no âmbito da metrópole, e dela com as demais esferas. 4. Definir a personalidade jurídica mais adequada à constituição de um suporte informacional, jurídico e técnico-administrativo voltado aos processos de estudo, elaboração e assessoramento para tomada de decisão, relativos às funções públicas e à execução dos serviços de interesse comum de âmbito metropolitano. 5. Construir um sistema de indicadores capaz de propiciar o monitoramento das ações desenvolvidas pelo “Sistema Gestor Metropolitano”, do ponto de vista de sua eficácia, eficiência e efetividade, dando-lhe caráter público. 6. Examinar a composição atual do “Conselho de Desenvolvimento Metropolitano”, de forma a precisar uma eventual necessidade de alteração, com vistas à obtenção de maior equilíbrio entre os entes federados dele participantes. 7. Avaliar a necessidade de criação de uma segunda instância colegiada de âmbito metropolitano, de natureza consultiva e propositiva, de modo a abrigar instituições e entidades da sociedade civil organizada, em caráter formal e permanente. 8. Introduzir mecanismos que viabilizem efetiva participação popular nos processos de elaboração estratégica (planos, programas) e de tomada de decisão, e que assegurem o controle social da gestão metropolitana, sobretudo, quanto aos aspectos relacionados com a execução física e financeira. 9. Equacionar a questão do transporte coletivo intermunicipal, com a integração de ônibus, trem, ciclovias, e considerando a possibilidade de viabilizar “o metrô de superfície”, oferecendo novas opções para atender a população, incluindo a

MACRO DIRETRIZ: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA

ÁREA DE ABORDAGEM: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DA REGIÃO

criação de câmara de compensação para tarifas de ônibus, reduzindo os custos de transportes na região.

10. Estimular o uso do transporte ciclovitário, integrando os diversos bairros, na Capital e demais municípios da RM.
11. Buscar os meios para unificar as tarifas intermunicipais de telefonia.
12. Construir soluções estratégicas para a questão do lixo e do aterro sanitário de Ceará-Mirim.
13. Atuar de modo a mitigar os impactos negativos dos grandes investimentos realizados nos municípios da RM, relativos principalmente ao uso do solo, organização fundiária, meio ambiente, infra-estrutura, saneamento, estradas, trânsito, segurança e saúde.
14. Atuar de forma articulada na formação de mão-de-obra adequada ao perfil de desenvolvimento e dos novos empreendimentos da região, principalmente o atendimento das demandas relacionadas a realização da COPA 2014 em Natal.
15. Criar um “*Conselho Metropolitano de Integração Institucional*”, estabelecendo um fórum para discussão de estratégias para intervenção sócio-econômica para a RM, com *certificação exigível* às diversas ações da Região, interpostas em suas Leis Orgânicas.

Referencias técnicas:

1. Seminários do PSB – pesquisas com filiados e participantes voluntários nas 12 regiões do RN
2. Reuniões com Nucleos de Base do PSB em Natal
3. Reuniões com a equipe de trabalho
4. Reuniões com os partidos coligados
5. Idéias e projetos do Governador Iberê Ferreira de Souza
6. Seminário da Fundação João Mangabeira – Recife – PE.

Equipe de trabalho:

- Governador Iberê F. Souza
- Vagner Araújo
- Genildo Pereira
- Marígia
- Getulio
- Sérgio Paganini
- Sérgio Pinheiro
- Leonel

PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO IFS2010

- Fernando Antonio
- Luiz Cláudio
- Lisyane
- Representantes dos Partidos
- Colaboradores voluntários

“Vamos continuar nosso esforço frente aos novos desafios com total transparência e ética, implantando novos projetos e ações nas áreas prioritárias de Governo: Segurança, Saúde, Educação e Infraestrutura, de forma a melhorar a qualidade de vida do povo potiguar e atrair novos investimentos ao nosso Estado”

Iberê Ferreira de Souza

Governador e Candidato
ao governo do RN - PSB

Sugestões:

ibereferreira40@gmail.com



PSB

Rua Padre João Damasceno 1894

Lagoa Nova

CEP 69900-280

NATAL RN

www.psbrn.org.br

psbnatal.rn@digi.com.br

